



IRACEMA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Iracema Transmissora de Energia S.A.** ("Iracema" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2023.

1) A COMPANHIA

A Iracema é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui duas filiais localizadas no Município de Brejo Sanro e no Município de Paulistana. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	398,91
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	4

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: A Resolução Homologatória nº 3.216 publicada em 4 de julho de 2023, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2023/2024, com acréscimo na RAP de R\$ 8.944.066 (oito milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, sessenta e seis reais), vide nota explicativa 1.2. Em 13 de Julho de 2023, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.205/2023, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 11,65%.

3.2) Desempenho econômico-financeiro: Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2023 e 2022 são:

	2023	2022
• Liquidez geral	7,94	9,89
• Liquidez corrente	6,05	4,59
• Relação patrimônio líquido/ativo	87,41%	89,89%
• Relação passivo não circulante/ativo	8,33%	6,31%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	10,03%	2,35%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	13,16%	3,04%
Ativos totais - R\$	361.804.392	316.529.165
Lucro líquido do exercício - R\$	31.703.544	6.694.308

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2023 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança e criamos um novo departamento de Governança Corporativa que é composto por cinco gerências: Assuntos de Governança Corporativa, Regulatório de Relacionamento, Compliance e Privacidade, Cultura de Comunicação Corporativa e Gestão Administrativa e Supervisão. O novo departamento vai

integrar divisões multidisciplinares e suas funções de gestão, fortalecendo a governança da empresa, de acordo com as melhores práticas do mercado. O Grupo é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Em 2023, também introduzimos um novo sistema de governança que através da sua implementação a rastreabilidade e eficiência dos processos de tomadas das decisões foram aprimoradas. Com a criação de uma área dedicada ao ESG (*Environment, Social, Governance*), impulsionamos medidas relevantes como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvéria Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

5) GESTÃO DE RISCOS

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e *frameworks* globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e a SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("*Top Risks*"), além de desenvolver o ambiente de controles internos de todos os riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Nossas práticas de ética e *compliance* estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso e respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, ética e transparência nas relações com nossos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e concorrentes. Em 2023, fizemos atualizações importantes neste documento, a fim de darmos destaque ao Canal de Ética e, ainda, criamos tópicos específicos sobre o nosso compromisso com os Direitos Humanos, combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, e luta contra Fraude e Corrupção. Além disso, para todos os tópicos, foram incluídos exemplos práticos da conduta esperada e do que não será tolerado pela SGBH, tornando assim, o Código de Ética e Conduta um guia claro e preciso para ser consultado a qualquer momento. Com o objetivo aumentar a eficiência na condução do tema, também em 2023, criamos a Divisão de *Compliance* & Privacidade, parte do Departamento de Governança Corporativa. Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e *compliance*, o time de *Compliance* realiza treinamentos presenciais tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais, para todos os níveis hierárquicos. Além disso, o time de *Compliance* também é responsável por criar pilulas mensais abordando temas atuais de *compliance* enviados por *e-mail*, como privacidade e proteção de dados, igualdade racial e de gênero, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. O time de *Compliance* também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no

Canal de Ética. Este importante canal é gerido por uma empresa independente que analisa o conteúdo dos relatos e, após análise inicial, os encaminha ao Time de *Compliance*, que conduz as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos críticos são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2023 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivamos em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 13 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

	2023	2022
Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa Auditor Independente	38.189	48.146
KPMG Auditores Independentes	38.189	48.146
Total	38.189	48.146

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2024.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	15	59.329.896	49.708.466
Custo de construção e operação	16	(17.721.847)	(37.779.982)
Lucro bruto		41.608.049	11.928.484
Despesas gerais e administrativas	17	(2.321.723)	(4.087.511)
Outras receitas/(despesa) operacionais líquidas	18	(608.675)	814.029
Lucro antes do resultado financeiro		38.677.651	8.655.002
Resultado financeiro	19	3.483.128	1.541.712
Receita financeira		3.514.229	1.729.920
Despesa financeira		(31.701)	(188.208)
Resultado antes dos impostos		42.160.779	10.196.714
IRPJ e CSLL correntes	20	(1.391.578)	41.661
IRPJ e CSLL diferidos	20	(9.065.657)	(3.544.067)
Lucro líquido do exercício		31.703.544	6.694.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		31.703.544	6.694.308
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de resultados abrangentes		31.703.544	6.694.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		42.160.779	10.196.714
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização	16 e 17	220.463	197.470
Baixa de imobilizado e intangível		212.842	50.968
Provisão para perda de crédito esperada	7	3.584	134.532
Provisão para contingência (Aumento) redução nos ativos operacionais	12	66.723	503.764
Concessionárias e permissionárias		(9.478.405)	399.862
Contas a receber - partes relacionadas		(891.850)	(908.967)
Ativo de contrato	8	(10.088.758)	(9.958.408)
Almoxarifado		741.082	72.910
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(1.741.434)	(50.036)
Outros impostos a recuperar		116.532	279.413
Adiantamentos a fornecedores		(72.120)	18.841
Imobilizado e intangível		-	11.978
Outros ativos		841.565	(761.911)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		3.015.362	(4.011.526)
Fornecedores - terceiros		1.005.602	858.769
Fornecedores - partes relacionadas			
Imposto de renda e contribuição social a pagar		961.518	1.072.255
PIS e outros impostos a pagar		5.875.594	2.570.398
PIS e COFINS diferido		1.010.489	2.053.592
Taxas regulamentares		(1.623.571)	272.079
Outros impostos pagos		(5.094.983)	(2.366.107)
Obrigações sociais e trabalhistas		(337.424)	992.571
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		26.903.590	1.629.161
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(1.764.862)	(1.061.979)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		25.138.728	567.182
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.244)	(214.099)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(1.244)	(214.099)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		25.137.484	353.083
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		17.791.215	17.438.132
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		42.928.699	17.791.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, estimativa decorrente do ativo diferido sobre prejuízos

BALANÇO PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	42.928.699	17.791.215	Fornecedores - terceiros	9	6.661.841	3.646.479
Concessionárias e permissionárias	7	13.160.254	3.685.433	Fornecedores - partes relacionadas	21	3.022.301	2.016.699
Contas a receber - partes relacionadas	21	3.549.105	2.657.255	Imposto de renda e contribuição social a pagar		588.233	-
Almoxarifado		2.608.139	3.349.221	Outros impostos a pagar		1.467.272	686.660
Adiantamentos a fornecedores		94.314	22.194	Taxas regulamentares	10	262.235	1.885.806
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.619.125	1.877.691	Obrigações sociais e trabalhistas	11	3.442.831	3.780.255
Outros impostos a recuperar		457.561	574.093			15.444.713	12.015.899
Ativos de contrato	8	26.103.492	23.317.550	Passivo não circulante			
Outros ativos circulantes		989.514	1.896.115	Provisão para contingências	125	570.488	503.764
		93.510.203	55.170.767	Impostos diferidos	13	29.551.393	19.475.248
Ativo não circulante						30.121.881	19.979.012
Realizável no Longo Prazo				Patrimônio líquido	14		
Ativos de contrato	8	267.016.619	259.713.803	Capital social		318.462.000	318.462.000
Outros ativos não circulantes		568.800	503.764	Prejuízo acumulado		(2.224.202)	(33.927.746)
		267.585.419	260.217.567			316.237.798	284.534.254
Imobilizado		705.188	1.136.217	Total do passivo e do patrimônio líquido		361.804.392	316.529.165
Intangível		3.582	4.614				
		708.770	1.140.831				
Total do ativo		361.804.392	316.529.165				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	318.462.000	(40.622.054)	277.839.946
Lucro líquido do exercício	-	6.694.308	6.694.308
Saldo em 31 de dezembro de 2022	318.462.000	(33.927.746)	284.534.254
Lucro líquido do exercício	-	31.703.544	31.703.544
Saldo em 31 de dezembro de 2023	318.462.000	(2.224.203)	316.237.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Iracema" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui três filiais localizadas nos Estados de Ceará, Piauí e São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 07 de dezembro de 2010, e tem por objeto social a exploração concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Da concessão:** A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção e instalação de transmissão compostas pela linha de transmissão e 500kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 KM, com origem na Subestação São João do Piauí, no Estado do Piauí e término da Subestação Milagres no Estado do Ceará; entradas de linha, conexão de reatores, barramentos, reatores, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2008, firmado com a ANEEL, com um prazo de 30 anos, contados a partir de 17 de março de 2008. A Companhia entrou em operação no dia 7 de dezembro de 2010 e teve o termo de liberação provisório emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 1º de março de 2011. De acordo com a Resolução Autorizativa nº 8.677/20, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalação de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2019-088 - Seccionamento da LT 500kV Milagres - Curral Novo do Piauí II C1 na SE Milagres II. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$13.756.800 (treze milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e oitocentos reais) (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho

subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 29.593.671 (vinte e nove milhões, quinhentos e noventa e três mil, seiscentos e setenta e um reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 33.065.368 (trinta e três milhões, sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. Em 04 de julho de 2023, a AN



IRACEMA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

fiscais, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.4 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Informação de políticas contábeis materiais: A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas na Nota 4 em determinados casos (consulte a nota explicativa 3.1 para obter mais informações). **4.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **4.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **4.3 Estoques:** Os estoques são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **4.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. E prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **4.5 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no

resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **4.6 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **4.7 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **4.8 Impostos: Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como reductor da Receita Bruta da Atividade. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos Correntes. A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **4.9 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **4.11 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **4.12 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **4.13 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas ao resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **4.14 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida

pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **4.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **4.16 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. (a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. (b) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. (c) **Outras normas Contábeis:** • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	502.370	437.289
Aplicações financeiras (i)	42.426.329	17.353.926
	42.928.699	17.791.215

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma taxa de remuneração média de 103,43% do CDI em 2023 e 102,99% do CDI em 2022. A variação positiva no caixa da empresa refere-se a sobre de caixa aplicadas no exercício em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação), não pagamento de dividendos, redução expressiva dos gastos para a implantação de projeto de reforço e aumento da receita financeira em função do CDI ainda permanecer em um patamar elevado.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	12.156.882	3.462.534
Vencidas até 30 dias	14.889	5.770
Vencidas até 60 dias	129.517	1.100
Vencidas até 90 dias	344.370	2.170
Vencidas há mais de 90 dias	713.844	409.523
	13.359.502	3.881.097
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(199.248)	(195.664)
	13.160.254	3.685.433

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(195.664)	(61.132)
Reversão	1.243	34.249
Complemento de provisão (i)	(4.827)	(168.781)
Saldo final	(199.248)	(195.664)

(i) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quintararé, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

8. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	26.103.492	23.317.550
Não circulante	267.016.619	259.713.803
	293.120.111	283.031.353

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	283.031.353	
Receita de construção (i)	6.572.897	
Receita de O&M (ii)	16.605.834	
Receita de remuneração (iii)	23.683.104	
Recebimentos (iv)	(35.937.644)	
Imobilizado em curso (v)	(835.433)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	293.120.111	
Circulante	26.103.492	
Não circulante	267.016.619	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	273.072.945	
Receita de construção (i)	19.374.709	
Receita de O&M (ii)	12.637.496	
Receita de remuneração (iii)	22.374.239	
Recebimentos (iv)	(32.185.443)	
Imobilizado em curso (v)	(12.242.593)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	283.031.353	
Circulante	23.317.550	
Não circulante	259.713.803	

(i) Variação refere-se substancialmente no investimento com o projeto de reforço para execução do seccionamento da linha de transmissão de 500kv na subestação Milagres II conforme resolução autorizativa 8677/2020. (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (iii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração. (iv) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador. (v) Variação refere-se substancialmente na baixa do adiantamento cancelado do projeto de reforço para instalação da compensação série de 240Mvar da linha de transmissão 500Kv de São João do Piauí Milagres II. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra (i)	4.063.079	-
Fornecedores relacionados à construção (ii)	2.292.170	3.221.345
Gastos ambientais e fundiários	70.295	39.015
Serviços	209.502	150.412
Outros	26.795	235.707
	6.661.841	3.646.479

(i) Variação refere-se ao encerramento do projeto de reforço do banco reator da linha de transmissão de 500Kv da subestação Curral Novo. (ii) Variação refere-se substancialmente a implementação do projeto de reforço para execução do seccionamento da linha de transmissão de 500Kv da subestação Milagres II.

continua ★





IRACEMA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

10. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	160.678	316.620
CDE a pagar (ii)	4.318	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	15.612	161.589
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iv)	81.627	1.407.597
	262.235	1.885.806

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 100.644 (cem mil, seiscentos e quarenta e quatro reais). (ii) CDE: Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE até 31/12/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&D. (iii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 187.345 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e quarenta e cinco reais). (iv) P&D: Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Variação é referente a encerramento do projeto gestão que teve impacto de aproximadamente R\$ 1.700.000 (um milhão e setecentos mil).

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	1.162.126	1.409.560
Provisão de bônus (i)	2.091.591	2.129.339
IRRF funcionários	188.948	241.182
Outros	166	174
	3.442.831	3.780.255

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se a atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões ambientais, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Ambientais (i)	560.198	503.764
Cíveis (ii)	1.687	-
Servidões (iii)	8.603	-
	570.488	503.764

(i) O valor em questão é proveniente do auto de infração 02007.0000527/2012-41, que trata de uma multa ambiental por suposta prática de coleta de espécies em desacordo com a licença ambiental. Atualmente o procedimento administrativo encontra-se em fase recursal, com decisão administrativa desfavorável a companhia. (ii) O valor em questão é oriundo dos honorários do processo 0002885-90.2017.8.06.0149, que trata de uma reintegração de posse onde a IRTE realizou acordo extrajudicial e desistiu da ação. (iii) O valor em questão decorre do processo de constituição de servidão 0000523-22.2009.8.06.0109, o processo atualmente está em fase recursal, após sentença que fixou a condenação no valor de R\$ 8.603,00 (oito mil seiscentos e três reais). Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Ambientais	Cíveis	Fundiárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	503.764	-	-	503.764
Adições e reversões, líquidas (i)	(295.764)	1.687	8.602	(285.475)
Atualização monetária	352.197	-	-	352.197
Saldo em 31 de dezembro de 2023	560.197	1.687	8.602	570.486

	Ambientais	Cíveis	Fundiárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Adições e reversões, líquidas (i)	503.764	-	-	503.764
Saldo em 31 de dezembro de 2022	503.764	-	-	503.764

(i) As reversões em matéria ambiental decorrem basicamente decisão indeferindo o recurso e estabelecendo a sanção de multa simples, em definitivo, no valor de R\$ 208.000 (duzentos e oito mil reais) dos valores envolvidos no auto de infração 02007.0000527/2012-41. As adições cíveis e fundiárias decorrem da alteração de prognóstico de possível para provável dos processos 0002885-90.2017.8.06.0149 e 0000523-22.2009.8.06.0109, respectivamente.

Contingências possíveis (não provisionadas): As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, ambientais, cíveis e servidões, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas (i)	1.323.389	296.294
Cíveis (ii)	465.024	2.583.305
Regulatório (iii)	257.495	-
Servidões (iv)	65.478	443.134
	2.111.386	3.322.733

Dentre os processos relevantes cujo o risco de perda é considerado possível destacamos: (i) Processos trabalhistas: A maior variação refere-se a 21 reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados de terceiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias, diferenças de verbas rescisórias e outras; o valor de risco das ações totaliza R\$ 1.323.388 (um milhão, trezentos e vinte e três mil, trezentos e oitenta e oito reais). Os processos estão em fase inicial ainda não julgados. A variação dos valores envolvidos entre 2023 e 2022 decorre dos valores de exposição dos novos casos. (ii) Processos cíveis: A redução dos valores entre 2023 e 2022 decorre de alterações no processo 0025826-86.2016.4.01.3400, após decisões preliminares a maior parte da exposição foi reclassificada para remota R\$ 2.317.458 (dois milhões e trezentos e dezessete mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais), mantendo um risco possível de R\$ 257.495 (duzentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e noventa e cinco reais), em virtude da discussão atual no processo recair sobre questões regulatórias a natureza do processo foi reclassificada para regulatório. (iii) Processos regulatórios: Refere-se ao processo 0025826-86.2016.4.01.3400 que busca a Suspensão da aplicação dos descontos em face de atraso na entrada em operação das instalações do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 0042007. O risco do processo é mensurado em R\$ 257.495 (duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) pelo escritório. (iv) Servidões: Referem-se a 15 ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica, com valor de exposição total de R\$ 65.478 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais), os quais tramitam, respectivamente, no Ceará, Pernambuco e Piauí. A redução da variação decorre do processo 0000296-03.2010.8.18.0064 que buscava o cancelamento do contrato de constituição de servidão e buscava uma indenização totalizando R\$ 331.201 (trezentos e trinta e um mil, duzentos e

um reais), atualmente o escritório classifica o risco desse processo em R\$ 3.252 (três mil, duzentos e cinquenta e dois reais).

13. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal e sobre o ativo de contrato da Companhia. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CSLL diferidos	2.453.900	6.543.453
IR Diferido ativo	-	768.205
CSLL Diferida ativa	-	276.553
IR Diferido ativo (Prejuízos fiscais)	1.855.331	4.076.898
CSLL Diferida ativa (Prejuízos fiscais)	598.569	1.421.797
IR e CSLL diferidos - Passivo	(4.976.104)	-
IR Diferido Passivo	(3.558.578)	-
CSLL Diferida Passiva	(1.417.527)	-
Pis e Cofins diferidos	(27.029.189)	(26.018.701)
Pis Diferido	(4.821.423)	(4.641.174)
Cofins Diferido	(22.207.766)	(21.377.527)
	(29.551.393)	(19.475.248)

Variações dos tributos diferidos ativos e passivos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.543.453	(26.018.701)
Efeitos reconhecidos no resultado Pis e Cofins diferidos	-	(1.010.488)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(4.089.553)	(4.976.104)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.453.900	(32.005.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.087.522	(23.965.108)
Efeitos reconhecidos no resultado Pis e Cofins diferidos	-	(2.053.593)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(3.544.069)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.543.453	(26.018.701)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 318.462.000 (trezentos e dezoito milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil reais), dividido em 318.462.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	67.207.572	56.139.999
Receita de operação e manutenção (i)	16.605.834	12.637.496
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	23.683.104	22.374.239
Receita de construção (iii)	6.572.897	19.374.709
Outras receitas (iv)	20.345.738	1.753.555
Deduções da receita operacional	(7.877.676)	(6.431.533)
Pis e Cofins correntes	(5.165.024)	(3.180.546)
Pis e Cofins diferidos	(1.010.488)	(2.053.593)
RGR	(1.054.530)	(785.181)
P&D	(493.962)	(295.611)
TFSEE	(153.671)	(116.602)
	59.329.896	49.708.466

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Aumento devido a variação do saldo do ativo contratual sobre o qual é calculada a remuneração. (iii) Variação refere-se substancialmente no investimento com o projeto de reforço para execução do sectionamento da linha de transmissão de 500Kv da subestação Milagres II. (iv) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL. Em complemento, durante o exercício, a Companhia teve a sua reavaliação da RTP (Revisão Tarifária Periódica), realizada a cada 5 anos, autorizada pelo regulador via despacho.

16. CUSTO DA OPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(7.159.819)	(6.648.297)
Material (i)	(1.435.973)	(9.484.043)
Serviços de terceiros	(1.045.565)	(1.723.171)
Arrendamentos e aluguéis	(104.405)	(77.949)
Seguros	(107.552)	(88.726)
Tributos	(14.529)	(5.551)
Custo de construção (ii)	(6.241.171)	(18.473.494)
Custo de operação e manutenção	(552.619)	(518.117)
Outros	(1.060.214)	(760.634)
	(17.721.847)	(37.779.982)

(i) Variação refere-se substancialmente na baixa do adiantamento do projeto de reforço para instalação da compensação série de 240Mvar da linha de transmissão 500Kv de São João do Piauí Milagres II que foi cancelado em 2022. (ii) Variação refere-se substancialmente no investimento com o projeto de reforço para execução do sectionamento da linha de transmissão de 500Kv da subestação Milagres II.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(2.005.043)	(2.944.447)
Serviços de terceiros	(380.703)	(585.936)
Materiais	(52.754)	(79.895)
Arrendamentos e aluguéis	(119.178)	(108.148)
Provisão	(1.685)	(134.532)
Tributos	(88.834)	(6.200)
Depreciação e amortização	(22.988)	(22.007)
Recuperação de despesas	576.050	18.379
Despesas indedutíveis	-	(5.222)
Outros	(226.588)	(219.503)
	(2.321.723)	(4.087.511)

(i) Variação refere-se principalmente ao rateio 699 através do contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos que com a inclusão das empresas XRTE e STE, gerou uma redução neste grupo.

18. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2023	31/12/2022
Renda da Prestação de Serviços (i)	-	1.783.929
Tributos sobre a Receita (i)	-	(261.346)
Pessoal	(130.009)	(184.261)
Serviços de terceiros	(36.641)	(163.008)
Depreciação e amortização	(197.474)	(175.463)
Outros	(244.551)	(185.822)
	(608.675)	814.029

(i) Variação refere-se na redução da receita de CPSOM da Companhia com a Casa dos Ventos devido ao encerramento dos serviços em maio de 2022.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	3.514.829	1.729.920
Receitas de aplicações financeiras (i)	3.602.137	1.639.787
Outras receitas financeiras	80.392	178.461
Tributos sobre receitas financeiras	(167.701)	(88.328)
Despesa financeira	(31.701)	(188.208)
Outras despesas financeiras	(31.701)	(188.208)
	3.483.128	1.541.712

(i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referentes a sobre de caixa conforme mencionado na nota explicativa 6.

20. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	44.631.634	10.196.714
Adições/Exclusões não dedutíveis	(218.170)	1.223.727
Ajustes ICPC 01	(19.854.075)	(14.981.210)
Doações e Subvenções para investimento	(2.470.855)	-
Outros	(869.023)	(509.834)
Lucro Real	21.219.511	(4.070.603)
Compensação PF/BN (30%)	(6.365.853)	-
Lucro Real (Após Compensação)	14.853.658	(4.070.603)
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(3.689.414)	-
Inc. Fiscais	3.689.414	-
IRPJ devido (25%)	-	-
CSLL (9%)	(1.391.578)	-
IR e CS correntes (ajuste de anos anteriores)	-	41.661
IR e CS correntes	(1.391.578)	-
IR e CS diferidos	(9.065.657)	(3.544.067)
	(10.457.235)	(3.502.406)
Alíquota efetiva	23%	34%

21. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

21.1 Ativo:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	3.549.105	2.657.255
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	3.548.949	2.628.285
Outros	156	28.970
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	-	28.970
Intercompany ITE - Pqto de impostos	156	-

21.2 Passivo:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	3.022.3001	2.016.699
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	987.918	863.798
Outros	2.034.383	1.152.901
Serviços de engenharia CET Brazil (iv)	2.033.357	1.142.901
Intercompany ACTE - Despesas gerais	-	10.000
Intercompany ETIM - Pqto. de impostos	720	-
Intercompany ITE - Pqto. de impostos	306	-

21.3 Resultado:



IRACEMA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	42.928.699	17.791.215
Contas a receber partes relacionadas	3.549.105	2.657.255
Concessionária e Permissionárias	13.160.254	3.685.433

c. Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos. **e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas

As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição
IRTE-PM-2020-3719	CET	EPC para IRTE-Milagres II
IRTE-PM-2021-4081	GE	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Disjuntores e Chaves Secc
IRTE-PM-2021-4000	Marte	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Projeto Executivo
IRTE-PM-2021-4321	Better Systems	IPARO - Construção e Montagem
IRTE-PM-2021-4328	GE - SPCS	IPARO - SPCS
IRTE-PM-2021-4485	Fiberx	IPARO - Telecom
IRTE-PM-2021-5092	Riseline	IPARO - disc isoladores
IRTE-PM-2022-6152	Sercamp	IPARO - desmontagem e montagem de reatores
IRTE-PM-2022-5878	Fiberx CFTV	IPARO - CFTV
GSTE - 001/2020	Giovanni Sanguinetti	CCI GSTE x IRTE
PO-009434	Extimac	Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico
IRACEMA-PM-2017-2222	Nari	Contrato EPC para IRTE- Curral Novo II
IRACEMA-PM-2017-2222	Bureau Veritas	Inspeção

Cronograma de vencimento

2023

pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	100.904.201	100.904.201
Veículos	Carros	1.011.827	864.739
		121.916.028	121.768.940

25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar em 31/12/2023 refere-se ao montante total de R\$ 8.109.436 (oito milhões, cento e nove mil e quatrocentos e trinta e seis reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas.

Data	Total
30/12/2020	4.760.088
07/06/2021	432.424
28/04/2021	125.644
11/08/2021	298.996
23/08/2021	354.925
29/10/2021	315.695
07/12/2021	83.223
17/05/2022	480.000
27/07/2022	14.482
30/11/2020	224.163
17/12/2021	2.750
27/12/2013	991.949
28/08/2021	25.097
	8.109.436
	Em R\$
	8.109.436
	8.109.436

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iracema Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6

